COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 1.083, DE 2011

Estende ao catador de marisco e à marisqueira o recebimento do seguro-desemprego, concedido ao pescador profissional artesanal, conforme o disposto na Lei nº 10.779, de 2003.

Autor: Deputado CLEBER VERDE

Relator: Deputado FÁBIO MITIDIERI

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.083, de 2011, acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para dispor que “o marisqueiro e a marisqueira que vivem exclusivamente da profissão de catar marisco, fará jus ao recebimento de seguro defeso, incluído o período das chuvas como condição determinante para a concessão do seguro defeso, desde que atendidas às demais exigências fixadas nesta lei”.

Em sua justificção, o autor argumenta que a “*extensão do benefício do seguro defeso aos catadores de marisco e às marisqueiras é uma medida justa e ecologicamente correta, pois trará a esses trabalhadores condições que possibilitem o respeito ao período em que a pesca do marisco está proibida, sem deixar de suprirem as necessidades básicas de suas famílias*”.

A proposição está sujeita à apreciação conclusiva das Comissões e tramita em regime ordinário. Foi distribuída às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), de Seguridade Social e

Família (CSSF), de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), estas duas últimas nos termos do art. 54 do Regimento Interno desta Casa.

As Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), e de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), manifestaram-se pela aprovação da proposição na forma do Substitutivo apresentado pela primeira Comissão.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei nº 1.083, de 2011, nesta Comissão de Seguridade Social e Família.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

A Lei nº 10.779, de 2013, alterada pela Medida Provisória nº 665, de 2014, votada nesta Casa na semana passada e que ainda aguarda votação no Senado Federal, estabelece que o pescador profissional que exerça sua atividade exclusiva e ininterrupta, de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, fará jus ao benefício seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie.

A proposição em análise visa estender esse benefício ao catador de marisco e à marisqueira, sob o argumento de que também estes pescadores estão submetidos às restrições da atividade que exercem durante o período de defeso. Assim, para assegurar-lhes meios de prover seu sustento, é necessário que eles também possam estar cobertos pelo seguro desemprego.

De fato, a legislação ambiental vigente inclui a pesca de marisco entre aquelas submetidas ao período de defeso, medida que visa proteger os organismos aquáticos durante as fases mais críticas de seus ciclos de vida, como a época de sua reprodução ou ainda de seu maior crescimento.

Por sua vez, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca, estabelecida pela Lei nº 11.959, de 2009,

preceitua que a “a pesca é toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, plantar, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros”. A mesma lei conceitua recursos pesqueiros como “os animais e os vegetais hidróbios passíveis de exploração, estudo ou pesquisa pela pesca amadora, de subsistência, científica, comercial e pela aquicultura”.

Verifica-se, assim, que o catador de marisco é considerado pescador pela legislação em vigor, além de estar submetido às restrições quanto ao exercício de sua atividade durante o regime do defeso. Esses argumentos são, a meu ver, suficientes para que também sejam beneficiados pelo seguro desemprego, nos termos Lei nº 10.779, de 2003.

Relativamente ao Substitutivo apresentado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, as alterações promovidas no Projeto original foram no sentido de adequá-lo aos termos utilizados na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO – e de estabelecer a forma de comprovação da condição de catador de marisco.

Quanto ao primeiro ponto, a CBO separa em grupos diferentes o “catador de marisco” e o “catador de caranguejos e siris”. Ocorre, contudo, que a palavra “marisco” refere-se a “crustáceos e moluscos comestíveis de uma forma geral¹”, havendo uma dissintonia entre a opção da CBO por tratar essas espécies em grupos diferentes e o sentido dicionarizado da palavra, que a elas se referem com um mesmo conceito. Note-se que é de boa técnica que a lei empregue palavras e expressões de uso corrente, salvo quando se tratar de assunto técnico que exija nomenclatura própria². A intenção do Substitutivo é evitar que, com base nessa diferenciação constante da CBO, fosse dada uma interpretação restritiva ao termo “catador de marisco”. Entendemos, no entanto, que o sentido dicionarizado da palavra sobrepõe-se à classificação contida na CBO, dando-se segurança suficiente aos beneficiários da lei. Além disso, é comum a CBO passar por revisões que excluem, tornam mais abrangentes ou restritivas as categorias por ela adotadas, havendo-se de ter parcimônia na utilização das referências nela contidas.

Quanto ao segundo ponto, a Medida Provisória nº 665, de 2014, trouxe disposições em muito semelhantes às que constam do Substitutivo, as quais se aplicam a todos os pescadores em tese beneficiários

¹ Dicionário Michaelis.

² Manual de Redação Parlamentar, pg.54 – 3. ed. – Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2013.

do seguro desemprego, e não apenas para um grupo específico de pescadores.

Por essas razões, opinamos pela aprovação da proposição em sua forma original. Saliente-se que a numeração do parágrafo acrescentado pelo Projeto de Lei está desatualizada em razão das alterações promovidas pela Medida Provisória nº 665, de 2014. Optamos, contudo, por deixar à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania o encargo de fazer o ajuste redacional.

Com base no exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.083, de 2011, e pela rejeição do Substitutivo apresentado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado FÁBIO MITIDIERI
Relator